

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.223 - SP  
(2019/0329843-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : MARCIO CHAVES PIRES**  
**ADVOGADOS : CRISTIANO ÁVILA MARONNA - SP122486**  
**MARCO ANTÔNIO SOBRAL STEIN - SP153552**  
**CARLOS ALBERTO PIRES MENDES - SP146315**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

**MARCIO CHAVES PIRES** se insurge contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no MS n. 211.8845-93.2019.8.26.0000. Alega sofrer violação em seu direito de líquido e certo de **ter vista do autos de Procedimento Investigatório Criminal** instaurado contra si, na 5ª Fase da Operação Sevandija (Operação Callichirus).

O recorrente argumenta que o pedido encontra guarida no enunciado da Súmula Vinculante n. 14 do STF, em especial porque busca acesso às provas já produzidas e já encartadas aos autos do procedimento investigatório em questão, o que não colocaria em risco as investigações.

Postula o deferimento da liminar nos seguintes termos (fl. 373):

(i) para que o Ministério Público – GAECO, Núcleo Ribeirão Preto disponibilize imediatamente ao Recorrente o acesso à integralidade dos elementos de prova já obtidos/documentados nos autos do Procedimento Investigatório Criminal (PIC) contra ele instaurado, assim como apensos e demais procedimentos correlatos à mesma investigação.

(ii) ainda em sede de liminar, requer sejam suspensos todos os atos do Procedimento Investigatório Criminal em curso no GAECO, Núcleo Ribeirão Preto e ações decorrentes até o fornecimento das aludidas cópias ao Recorrente.

**O pedido de urgência não comporta acolhimento.**

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que o acórdão combatido **ressalta a existência de diligências em andamento no procedimento investigatório e a determinação, pelo próprio Juízo singular, de que seja garantido ao investigado o acesso ao resultado das diligências tão logo elas sejam concluídas.** Confira-se (fls. 357-360, grifei):

Colhe-se dos autos que o causídico subscritor da inicial foi constituído para defender os interesses do increpado nos autos do Procedimento Investigatório Criminal.

E, ao peticionar requerendo vista e cópia de todos os documentos já documentados, teve seu pleito indeferido, conforme constou das informações: "(...) O Ministério Público GAECO se manifestou contrariamente ao referido pedido (fls. 1381/1382), argumentando que os expedientes em curso no GAECO são sigilosos por razões de interesse público e por conveniência das investigações, nos termos do art. 15 da Resolução 181/2017 do CNMP, **dada a pendência de diligências sensíveis, que não podem ser reveladas para não prejudicar a instrução probatória e a busca da verdade sobre os fatos.** A teor da Súmula Vinculantes 14, o STF tem reafirmado que, enquanto não formalizado o resultado da investigação ou as diligências investigativas ainda estiverem em andamento, o sigilo absoluto deverá ser mantido (...), sendo tal manifestação acolhida por Decisão deste juízo, datada de 29 de abril de 2019 (fls. 1383/1384), no sentido de manter o sigilo absoluto sobre as investigações em curso para não prejudicar a colheita de prova e a busca da verdade sobre os fatos, **possibilitando o acesso às provas após o término da investigações ou quando da oitiva do requerente**" (fl. 344).

Destarte, mais do que está ali não é preciso dizer, porquanto escoreita a decisão.

É que **o ilustre advogado não tem direito irrestrito a tirar cópias de documentos e elementos de provas relacionadas a diligências e atos de investigação em andamento**, podendo a autoridade restringir seu acesso, a fim de não comprometer a eficácia das investigações.

A própria Lei 8.906/94, no § 11, do art. 7º, trata do tema:

[...]

Registre-se, inclusive, o fato de que os autos do PIC decorrem de desdobramento de aprofundada investigação –

"Operação Sevandija" –, em que se realizaram trabalhos de campo, pesquisas em sistemas de dados cadastrais, interceptações telefônicas e afastamento de sigilos fiscais e bancários. Daí as informações sobre a suposta prática dos crimes de associação criminosa, peculato, fraude em licitações, falsificação de documentos, corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, dentre outras práticas espúrias perpetradas na municipalidade de Ribeirão Preto. Ao que consta, estima-se que o desvio de recursos públicos tenha ultrapassado os 200 milhões de reais, tudo a evidenciar a complexidade dos trabalhos.

Anote-se, ainda, a correta compreensão da Súmula Vinculante nº 14 do STF, que, ao prever o acesso aos elementos de provas já documentados, **trata apenas de documentos decorrente de diligências findas, cujo acesso não comprometa a eficácia das investigações policiais.**

Estabelece-se, assim, compatibilidade e harmonia entre o exercício da ampla defesa e a Justiça Penal eficaz.

[...]

Aliás, como bem ponderado pela Procuradoria Geral de Justiça em seu parecer, que se adota como razões de decidir: "Com efeito, o PIC tem por objetivo arregimentar dados ligados à apuração de infração penal. E, evidentemente, tal desiderato ficaria comprometido se, em qualquer fase ou momento de tramitação do procedimento, o investigado, por si ou por seu patrono, pudesse ter acesso aos elementos já obtidos e às diligências ainda em andamento. **Com o término das diligências sigilosas e após documentadas no procedimento investigatório, a prerrogativa de obter acesso e cópias dos autos pelo causídico poderá ser exercida em sua plenitude.** É nesse sentido o correto teor do r. despacho hostilizado (fls. 1383/1384 da origem). (...) Ademais, não há por aqui, a despeito do tempo transcorrido, evidências de que os dados colhidos na investigação já estejam formalmente documentados, a ponto de o indeferimento de acesso configurar violação aos princípios do contraditório e ampla defesa. (...) Não se olvide, por fim, que há diligências que não se exaurem em si mesmas. E, nesse caso, o acesso aos autos, obviamente, comprometeria o sucesso da investigação." (fls. 348/349). Não há, pois, direito líquido e certo, pelo menos a esta altura.

Estabelecida no aresto estadual a premissa fática de que foi

indeferida a vista de **medida cautelar sigilosa em curso, com diligências ainda em andamento**, cujo resultado poderia ser comprometido em virtude da cessação do segredo, **não identifico, a um primeiro olhar, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado**, uma vez que "diligências ainda em andamento não estão contempladas pelo teor da súmula vinculante 14 " (**Reclamação n. 22.062 AgR/SP**, Rel. Ministro **Roberto Barroso**, 1ª T, *DJE* 20/5/2016).

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, sobretudo quanto à eventual conclusão das diligências determinadas no Procedimento Investigatório Criminal instaurado contra o ora recorrente e à concessão de acesso aos elementos colhidos, **via malote digital**.

A seguir, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**